

Intervenção final | António Lima | Plano e Orçamento 2023

O plano e orçamento que nestes 3 dias analisamos e debatemos encerra, em si mesmo, uma profunda contradição.

O governo regional, apresentou as propostas enquadrando-as num cenário macroeconómico negro:

As Consequências da pandemia;

Os efeitos de uma guerra;

Uma crise inflacionista;

O governo apela por isso à responsabilidade de todos para que seja aprovado um orçamento que diz ser também de responsabilidade.

Não há responsabilidade quando se cortam 140ME no investimento público, quando os Açores mais precisam!

O orçamento falha em responder às consequências da pandemia, aos efeitos de uma guerra, à crise inflacionista e não tem em conta os alertas para o risco de recessão de todas as instituições internacionais.

De pouco servirão os aumentos nos apoios sociais, se em 2023, por consequência de um orçamento que desiste dos Açores, a recessão se instalar e o desemprego crescer.

Quando falamos em investimento público é ao futuro que nos referimos, ao futuro dos açorianos e açorianas.

O governo, querendo comparar o orçamento da região ao orçamento de uma família, como se fazia no tempo da troika com os resultados conhecidos, opta por implementar intencionalmente na região a mesma política de terra queimada, disfarçando-a com pequenos aumentos de complementos regionais.

Cortar no investimento público, promovendo a contração da economia, pode levar ao aumento da dívida pública face ao PIB, o contrário do pretendido, mesmo sem recurso a nova dívida.

Passos e Portas cortaram, cortaram e cortaram e não reduziram a dívida pública.

Só o crescimento económico o pode fazer e o governo coloca esse crescimento em causa com a sua política.

“Temos instalações degradadas e a necessitarem de obras, do Corvo a Santa Maria”, disse recentemente o secretário da saúde e desporto.

Apesar disso, o investimento na saúde é medíocre.

Teremos, em 2023 no Serviço Regional de Saúde, os mesmos problemas que em 2022 por opção deste governo.

Sem investimento, o acesso à saúde será mais difícil, as condições de trabalho piores e o setor privado da saúde será depois apresentado como solução para os problemas do SRS, seguindo a receita liberal de sempre.

A juntar ao desinvestimento temos um SRS dividido, em que o maior hospital da região, responsável por cerca de metade da atividade, é moeda de troca de acordos partidários.

A forma como o vice-presidente atacou os médicos é mais uma demonstração de que quem se mete com o CDS leva. E de que no HDES manda o CDS.

Assistimos à maior partidarização de sempre das instituições públicas na autonomia regional.

Ao mesmo tempo, o governo que partidariza o SRS, descarta os trabalhadores que foram essenciais durante a pandemia. Como reconhecimento tiveram aplausos e o desemprego.

O governo não se esforça por atrair nem fixar médicos na região para melhorar o acesso à saúde. Pelo contrário, insulta-os!

E como já se percebeu pelos sucessivos concursos desertos, os mecanismos para fixação estão a falhar em toda a linha. É precisa outra postura e outra política de incentivos.

Um orçamento não é apenas investimento, receitas e despesas.

É um instrumento que toma decisões para cumprir um programa político e uma estratégia de desenvolvimento.

Para o governo a redução da dívida é um fim em si mesmo. Quase tudo o resto é deixado nas mãos da economia de mercado e o orçamento serve apenas para mitigar a pobreza com pequenos apoios sociais.

Francisco Sá Carneiro afirmou: “Tal como acontece nas relações entre nações ricas e pobres, a aplicação do modelo capitalista de desenvolvimento conduz a que, dentro de um mesmo país, seja cada vez maior a distância que separa ricos e pobres.”

O PSD há muito que deixou a doutrina de Sá Carneiro para aplicar a receita de Passos Coelho e da troika.

A estratégia de desenvolvimento económico do governo passa por baixar impostos sobre os lucros dos que ganham com a inflação, enquanto a mesma inflação, todos os dias, tira salário a quem trabalha.

É a aplicação do modelo capitalista de que falava Sá Carneiro, com o consequente aumento da desigualdade.

Vejamos um exemplo: no turismo, setor que o governo vê como único vetor de desenvolvimento, temos ouvido repetidamente que este é o melhor ano de sempre.

Os proveitos totais só na hotelaria tradicional, de janeiro a setembro aumentaram quase 17ME relativamente a 2019! Um aumento de 20%.

Mas o mesmo não se viu nos salários. Das mais de 100 categorias profissionais do acordo coletivo revisto este ano para este setor apenas 11 não serão absorvidas pelo aumento do salário mínimo no próximo ano!

Isso demonstra bem que, neste setor, da base ao topo da carreira vão apenas alguns euros.

Os lucros crescem à custa dos baixos salários, das horas extra intermináveis e não pagas e dos horários desregulados.

Noutros setores, como nas conserveiras e na distribuição, a luta das trabalhadoras e trabalhadores já mostrou a exploração que existe nos Açores.

Infelizmente, a única forma de aumentar salários nos Açores em alguns setores é aumentar o salário mínimo para que os restantes salários também subam, ainda que sempre pouco.

Quem trabalha nestes e em tantos outros setores está sempre a fazer contas à vida ou já caiu em situação de pobreza.

Com o aumento da inflação e a subida das taxas de juro veem o seu salário encolher a cada mês.

O governo e a maioria são responsáveis por isso ao recusarem quer um aumento decente dos salários quer a regulação de preços.

O governo é responsável ainda por manter e aumentar a desregulação do turismo iniciada pelo PS, pela proliferação desordenada de empreendimentos e pelo caos nos locais mais emblemáticos e sensíveis ambientalmente. Dizer que o turismo nos Açores é sustentável não passa de greenwashing! É sustentável para quem?

A ciência e a tecnologia são a alavanca que pode permitir uma mudança de fundo na nossa economia.

Mas o investimento na ciência e na tecnologia deste governo, de que o chamado cluster do mar é o maior exemplo, tem afinal objetivos ocultos, decididos, como todo o PRR, nas costas dos açorianos e açorianas e de forma antidemocrática.

Um dos objetivos do cluster do mar é, afinal, conferir uma pretensa sustentabilidade à mineração do mar profundo dos Açores! Assim, de uma assentada, o governo tomou a decisão política, encontrou o financiamento e prossegue um desígnio que recusa em teoria, mas que executa na prática.

Como é evidente, na mineração do mar profundo seremos apenas espectadores. Quanto muito receberemos uma irrisória renda.

Enquanto o património dos ecossistemas marinhos é destruído, e são inviabilizadas outras atividades de futuro, como a biotecnologia marinha e do presente como as atividades marítimo-turísticas e a pesca.

Não há desenvolvimento sem uma política cultural. E nesta área, sempre esquecida, há menos investimento e nenhuma política. Sufocam-se os agentes culturais com atrasos nos apoios e não se vê qualquer compromisso com o projeto transformador que a capital europeia da cultura pode ser.

Não há responsabilidade num governo que não toma medidas para aumentar salários numa altura em que estes são cada vez mais atacados pela inflação.

Não há responsabilidade num governo que herdou uma saúde de rastos e investe cada vez menos nela.

Não há responsabilidade num governo que corta no investimento público não respondendo hoje aos problemas da região, deixando mais de 800 crianças sem vaga em creche.

Não há responsabilidade num governo que coloca em causa o futuro ao promover a mineração do mar profundo!

Não há responsabilidade num governo que por mero orgulho e para proteger a saúde da coligação, recusa um pedido de desculpa a quem ofendeu, colocando em risco a saúde na região!

Não há responsabilidade num governo que descarta centenas e centenas de trabalhadores que durante anos garantiram o funcionamento dos serviços públicos, das escolas à saúde.

Não há responsabilidade que privatiza o maior garante dos açorianos à mobilidade colocando em risco as ligações diretas com o exterior a milhares de açorianos.

De irresponsabilidade em irresponsabilidade o governo, a IL e o CH comprometem o futuro ao falhar aos açorianos e açorianas hoje, em nome dos amanhã que cantam.

De nada serve dizer, como a IL, que quem tem ódios de estimação não pode governar, se no dia seguinte aprova mais um orçamento.

As propostas que o Bloco apresenta neste orçamento servem, acima de tudo, para apresentar um caminho diferente e sinalizar falhas concretas. É preciso uma nova política e um outro orçamento.



I Grupo Parlamentar I



O Bloco de Esquerda votará contra o plano e orçamento para 2023.

